

CALVINO E O LAPSARIANISMO: UMA AVALIAÇÃO DE COMO CALVINO PODE SER LIDO À LUZ DA DISCUSSÃO SUPRA E INFRALAPSARIANA

*João Alves dos Santos**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar alguns dos escritos de Calvino sobre a soberania de Deus e a responsabilidade do homem, à luz da discussão atual sobre a ordem que se deve dar aos decretos da eleição e da reprovação de homens em relação à queda, no cumprimento que Deus faz de seus propósitos, procurando saber se é possível classificar o reformador em qualquer das duas principais linhas de pensamento, geralmente conhecidas como supralapsarianismo e infralapsarianismo. O autor opta pela resposta negativa, à luz da abordagem que Calvino faz dos textos bíblicos estudados e do seu pressuposto de que não é dada ao homem a capacidade de entender os decretos divinos, e o modo como são executados pelo seu criador, por meio do seu raciocínio finito e limitado de criatura.

PALAVRAS-CHAVE

Calvino; Supralapsarianismo; Infralapsarianismo; Predestinação; Reprovação; Queda.

INTRODUÇÃO

Dá-se o nome de “lapsarianismo” à discussão sobre a ordem ou sequência dos decretos de Deus no que diz respeito especificamente aos decretos da

* O autor é mestre em Divindade e em Teologia do Antigo Testamento pelo Faith Theological Seminary (EUA) e em Teologia do Novo Testamento pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. É professor de Novo Testamento e coordenador de Educação a Distância (EaD) do Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper (CPAJ) e de língua grega no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. É ministro jubilado da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil.

eleição e da reprovação dos homens. O nome deriva-se da palavra latina *lapsus*, que quer dizer “queda”. Assim, a queda do homem é o fator decisivo nessa discussão. Dentre outras menos comuns, duas posições são as que dominam o campo da discussão entre os calvinistas, as quais levam o nome de supralapsarianismo e infralapsarianismo (ou sublapsarianismo). Esses prefixos também são latinos e significam “acima” ou “anterior” (*supra*) e “abaixo” ou “posterior” (*sub* ou *infra*). O supralapsarianismo coloca tanto o decreto da eleição para a vida como o da reprovação ou predestinação para a morte como ocupando lugar antes do decreto da queda (daí o nome supralapsarianismo), ao passo que o infralapsarianismo coloca o lugar de ambas depois do decreto da queda, em ordem ou sequência histórica, por isso é chamado de infra ou sublapsarianismo. Assim, de acordo com a ordem supralapsariana, também conhecida como ordem lógica, Deus determinou, dentre todos os homens a ser criados, eleger alguns para a vida e outros para a morte eterna, para a sua própria glória. Para cumprir esse decreto ele propôs criar os homens, eleitos ou reprovados, permitir ou mesmo ordenar a queda de todos e depois enviar Cristo para redimir os eleitos, deixando os não eleitos sujeitos à merecida punição pelos seus pecados.

Para a ordem infralapsariana, também conhecida como ordem histórica, Deus determinou primeiro criar os homens, depois permitir ou ordenar a queda de todos eles e, só então, eleger, dentre todos os caídos, alguns para a vida eterna, preterindo os demais e preordenando-os a sofrer a justa punição pelos seus pecados, e, depois, enviar Cristo para redimir os eleitos.

Qual seria a posição de Calvino, é a pergunta proposta, se ele pudesse ser classificado à luz desses dois conceitos? É verdade que esta é uma pergunta descabida, por não ter sido uma discussão em vigência na sua época e muito menos de interesse para o seu contexto histórico-doutrinário. Mas é possível, estudando seus escritos, chegar-se a alguma conclusão sobre qual poderia ter sido a sua posição. É o que se pretende fazer de modo ligeiro e compreensivelmente superficial, pois analisar todas as referências de Calvino ao assunto no presente trabalho seria tarefa impossível, dado o volume de seus escritos e os diversos contextos em que ele se refere à matéria. O que se pretende fazer é apresentar algumas amostras a partir das quais se pode deduzir o pensamento do reformador a respeito desses dois decretos: o da predestinação para a vida, dos eleitos, e o que ele chamou de “decreto espantoso”,¹ o da reprovação para a morte.

¹ *Institutas* III. 23.7. O termo latino é *horribilis*, que significa “horrível”, “terrível”, “assombroso”, “surpreendente”. A tradução que lhe é dada geralmente é abrandada, como neste caso, mas o uso do termo por Calvino mostra como ele via com temor e assombro a natureza desse decreto.

1. A JUSTIFICATIVA PARA A DISCUSSÃO

Ambas as correntes têm em mente a tentativa de justificar a natureza de Deus com respeito à origem do pecado e, por conseguinte, a origem do mal na raça humana. Ambas negam que Deus seja o autor do mal ou que seja o responsável pelo pecado do homem.² Mas como conciliar o decreto da queda com essa premissa de que Deus não é o responsável por ela?

A corrente supralapsariana parte do princípio de que Deus é soberano e, como tal, tem o direito de determinar aquilo que está de acordo com o conselho de sua vontade (cf. Efésios 1.11), sem violar a sua própria natureza e sem dever explicações a quem quer seja sobre o seu modo de agir. É como diz Paulo em Romanos 9.11-18, referindo-se a Jacó e Esaú:

E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei Jacó, porém me aborreci de Esaú. Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia. Porque a Escritura diz a Faraó: Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz.

E quando ele levanta a possibilidade retórica de alguém questionar a justiça de Deus por assim agir, Paulo responde:

Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra? Que diremos, pois, se Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão? (Rm 9.20-23).

² É verdade que há alguns supralapsarianos que chegam a afirmar que Deus é, de fato, o autor do mal ou do pecado, ainda que no sentido metafísico, pois esta lhes parece ser a única alternativa admissível em face da doutrina dos decretos e, em particular, a respeito da origem do mal. Recusam-se a admitir que a natureza de Deus e os seus decretos não possam ser entendidos em todos os seus aspectos pela razão humana e, por isso, procuram formular respostas que sejam “compatíveis” e “coerentes” com o nosso raciocínio lógico. Uma amostra dessa posição pode ser vista em escritos de Vincent Cheung, publicados no site monergismo.com, tais como “O Autor do Pecado” (http://www.monergismo.com/textos/problema_do_mal/cheung_autor_pecado.htm) e “Deus, o Autor” (<http://monergismo.com/vincent-cheung/deus-o-autor/>). Acesso em: 28 set. 2017.

Com esta argumentação Paulo nega o direito a quem quer que seja de questionar a justiça do Deus criador por agir de modo aparentemente incompatível com o senso de justiça da criatura. O argumento é o de que a soberania de Deus, como criador, esvazia qualquer pretensão ou questionamento da criatura, dadas as diferenças entre os dois seres. Assim, não seria arbitrário para Deus eleger desde o princípio, dentre os homens a serem criados e conforme o conselho da sua vontade, alguns para a vida eterna e preordenar os demais para a morte eterna. É o que Paulo diz no texto acima citado: “Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia”. Em outras palavras, Paulo está dizendo que não temos o direito de medir o padrão de justiça do Deus soberano e criador infinito pelo nosso padrão de meras criaturas finitas.

A corrente infralapsariana também parte de textos das Escrituras, mas daqueles que se referem à causa da condenação do homem como ligada não diretamente ao decreto da criação, mas ao da queda, ou seja, ao pecado como sua consequência.

O próprio texto de Romanos 9.22-23, acima citado, também pode ser usado para defender esse ponto de vista. Se, por um lado Paulo apresenta a soberania de Deus como a causa justificadora da feitura de vasos de ira e vasos de misericórdia, a própria qualificação desses “vasos de ira” pressupõe o pecado:

Que diremos, pois, se Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão?

Só há ira divina, assim como misericórdia, onde há pecado. Então, o pecado, e não a soberania de Deus, é que está apresentado neste texto como causa (pelo menos causa próxima) da condenação dos não eleitos, assim como ele é também o motivo da manifestação da graça de Deus exercida na sua misericórdia em perdoar o pecador eleito. Só há misericórdia onde há necessidade dela, devido à transgressão e queda.

Outra demonstração de que esta passagem está se referindo também e principalmente ao pecado está nos verbos que Paulo usa quando se reporta aos “vasos de ira” e “vasos de misericórdia”. Os vasos de ira são “suportados” com muita longanimidade por Deus, para que através deles ele mostrasse a sua ira e o seu poder, o que pressupõe o seu trato com o pecado. Já os vasos de misericórdia servem ao propósito divino de dar a conhecer as riquezas da sua glória, através da manifestação da sua graça ao perdoar os pecados dos eleitos.

Outro detalhe importante nesta passagem é que Paulo usa diferentes verbos gregos conjugados em diferentes vozes para se referir à “preparação”

dos vasos. Para os vasos de ira, nos quais Deus tem como propósito “mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder”, ele usa o verbo καταρτίζω (“preparar”, “adequar para um determinado fim”) na voz passiva, sem identificar quem é o agente da ação. Já para os vasos de misericórdia, cuja finalidade é “dar a conhecer as riquezas da sua glória”, ele usa o verbo προετοιμάζω (“preparar de antemão”, “preparar para seu próprio uso ou propósito”, conforme traduz o léxico de Liddell e Scott)³ Paulo usa a voz ativa para indicar claramente que o agente nesse preparo dos vasos de misericórdia é Deus.

Claro que se ambos os “preparos” fazem parte do eterno decreto de Deus, como todas as demais coisas que acontecem, é inescapável reconhecer que Deus é o autor de ambas as predeterminações. Essa é a conclusão natural de nosso raciocínio lógico. Daí a ênfase do supralapsarianismo na predestinação tanto para a vida como para a morte eternas, por ser inescapavelmente lógica. Mas Paulo tem o cuidado de não atribuir diretamente a Deus a responsabilidade pela perdição dos não eleitos, como parece ficar claro deste texto das Escrituras. Como conciliar, então, a lógica do raciocínio com este ensino das Escrituras? Como conciliar a soberania de Deus com a responsabilidade humana? É o que se pretende considerar a seguir.

2. O PROBLEMA COM ESSA DISCUSSÃO

A primeira dificuldade a ser encarada nessa discussão é se podemos dividir os decretos de Deus em partes e, a partir daí, colocá-los em alguma ordem. Em outras palavras, podemos atribuir ao pensamento de Deus algo que para nós é indispensável e até natural ao raciocínio, ou seja, uma ordem que, ainda que não cronológica precisa ser pelo menos lógica? Temos nós, como seres finitos e limitados, a capacidade de atribuir a Deus categorias de cognição e de raciocínio que são apenas nossas, até onde podemos saber? Podemos conhecer a mente do Deus que não está preso ao tempo e para quem todas as coisas estão sempre nuas e patentes (cf. Hb 4.13), assim como julgar o exercício de sua vontade, usando as categorias e normas que nos são próprias, como criaturas finitas e extremamente limitadas? Podemos nós esquadriñar os pensamentos de Deus para, a partir deles, estabelecer ordens ou critérios adequados para os seus decretos?

A própria Bíblia nos dá a resposta quando, através do profeta Isaías, Deus diz:

³ Liddell e Scott apresentam esse verbo como sendo usado, neste segundo sentido, na medicina, por Heródoto. Friberg acrescenta em seu dicionário que ele é usado neste sentido de “preparar de antemão”, no Novo Testamento, apenas para obras de Deus. O outro uso que encontramos no NT é feito também por Paulo, em Ef 2.10, referindo-se às “obras que Deus preparou de antemão” para que andássemos nelas.

Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos, diz o SENHOR, porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos (Is 55.8-9).

O salmista Davi, por sua vez, exclama em um de seus cânticos: “São muitas, SENHOR, Deus meu, as maravilhas que tens operado e também os teus desígnios para conosco; ninguém há que se possa igualar contigo. Eu quisera anunciá-los e deles falar, mas são mais do que se pode contar” (Sl 40.5). E, em outro lugar, outro salmista considera: “Quão grandes, SENHOR, são as tuas obras! Os teus pensamentos, que profundos!” (Sl 92.5).

Também Paulo, depois de revelar doutrinas as mais profundas para a nossa capacidade de compreensão, conclui:

Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos. Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém! (Rm 11.33-36).

A Bíblia preponderantemente se refere aos decretos de Deus como sendo um só. Tratando da predestinação para a vida, Paulo diz que “fomos... predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1.11). Ele usa duas expressões que são referentes ao que chamamos de decreto ou até mesmo sinônimo dele: “propósito”, que também tem o sentido de “plano”, “desígnio” (πρόθεσις) e “conselho da sua vontade” (βουλήν τοῦ θελήματος αὐτοῦ). Outra expressão para “conselho da sua vontade” usada por Paulo (em Ef. 1.9) é “seu beneplácito” (εὐδοκίαν αὐτοῦ). Todas essas expressões se referem ao decreto de Deus no singular. Em Atos 2.23 Pedro, em seu discurso no dia de Pentecostes, se refere a Cristo como tendo sido “entregue pelo determinado desígnio (ou conselho, cf. a ARC) e presciência de Deus” (τῇ ὀρισμένῃ βουλή καὶ προγνώσει τοῦ θεοῦ). Aqui Pedro acrescenta a palavra “presciência” (προγνώσει) que, usada para Deus, é sinônimo de predeterminação. Deus conhece de antemão todas as coisas porque foi ele mesmo quem as predeterminou. A presciência não é a causa do decreto, mas o decreto é a causa da presciência. Assim, Pedro acrescenta ao “desígnio determinado de Deus”, mencionado pouco antes, a qualidade de “predeterminado”.

Deste modo, tudo o que está predeterminado e que comumente chamamos de “decretos” faz parte do conjunto daquilo que a Bíblia chama de “propósito”, “desígnio” ou “conselho de sua vontade”.

Há sabedoria na posição do teólogo Robert L. Dabney que preferiu não tomar partido nessa discussão (sobre a ordem dos decretos) por entender que ela é descabida e vai além dos limites da revelação bíblica. Falando sobre a singularidade ou unicidade dos decretos divinos, ele diz:

É um só ato da mente divina e não muitos. Este ponto de vista é, pelo menos, sugerido pela Escritura, que fala dele usualmente como uma *pro, qesij*, “um propósito”, “um conselho”. Ele decorre da natureza de Deus. Como o conhecimento natural de Deus é totalmente imediato e contemporâneo, não sucessivo como o nosso, e sua compreensão de todo o seu propósito sempre infinitamente completa, fundada sobre ele próprio, esse propósito tem que ser um só ato, todo abrangente e simultâneo. Além disso, o decreto inteiro é eterno e imutável. Tudo, portanto, deve coexistir sempre junto na mente de Deus. Por fim, o plano de Deus é mostrado, em sua realização, como sendo um só. A causa é ligada ao efeito e o que era efeito torna-se causa; influências de eventos sobre eventos se entrelaçam entre si, descendo em fluxos estendidos para eventos subsequentes, de modo que todo o seu complexo resultado é interligado por todas as suas partes. Como os astrônomos supõem que a remoção de um planeta de nosso sistema modificaria de alguma forma o equilíbrio e as orbitas de todo o resto, também a falha de um evento neste plano desarranjaria o todo, direta ou indiretamente. O plano de Deus nunca é produzir um resultado à parte de sua causa, mas sempre por meio de sua própria causa. Como o plano de Deus é, desta forma, uno em sua realização, também o deve ser em sua concepção. A maioria dos erros que têm surgido na doutrina tem vindo do equívoco de imputar a Deus a compreensão de seu propósito em partes sucessivas, à qual a limitação de nossa mente nos conduz, em sua concepção.⁴

3. COMO O ASSUNTO É TRATADO EM CONFISSÕES OU DOCUMENTOS CALVINISTAS

Antes de conhecermos o modo como Calvino trata o assunto é interessante conhecer também como alguns dos principais símbolos de fé calvinistas o fazem. Percebe-se claramente em suas formulações que eles tiveram o cuidado de não ir além do que as Escrituras dizem a respeito do decreto da reprovação dos não eleitos, de modo a não atribuir a Deus a responsabilidade dessa reprovação como sendo a sua causa efetiva e geradora. Em geral, nesses documentos, os termos usados para ambos os decretos não são os mesmos, ainda que, em última instância, pudessem ser tidos como sinônimos. Faz-se uma diferenciação entre eles, certamente para não se atribuir diretamente a ambos a mesma volição da parte de Deus. E é por isso mesmo que eles são considerados como preponderantemente infralapsarianos. Vejamos:

A Confissão de Fé de Westminster afirma que:

⁴ DABNEY, Robert L. *Lectures in Systematic Theology*. Grand Rapids, MI: Zondervan, 1972, p. 214. Minha tradução.

Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas” e que “pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são *predestinados* para a vida eterna e outros *preordenados* para a morte eterna.⁵

Observa-se que ela usa a expressão “predestinar para a vida eterna” como aplicada para alguns homens e alguns anjos e “preordenar para a morte eterna” para os outros.

Embora tragam a mesma ideia de predeterminação desde toda a eternidade, o uso de verbos diferentes revela o cuidado para não atribuir a Deus a mesma volição com respeito a ambas as classes referidas. Continuando a formulação, ela volta a fazer a diferenciação entre esses dois aspectos do decreto, ao dizer que “esses homens e esses anjos, assim *predestinados* e *preordenados*, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído”⁶. Aqui ambos os verbos (*predestinados* e *preordenados*) são usados para os eleitos para a vida. Mais adiante a Confissão usa o verbo “preordenar” para se referir aos meios que Deus usa para conduzir à fé os que são “eleitos” ao dizer: “assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, *preordenou* todos os meios conducentes a esse fim”⁷ e, mais adiante ainda, ela faz referência ao texto de Romanos 9, já visto acima, no que diz respeito à soberania de Deus em conceder ou recusar misericórdia, contemplando assim a situação pecaminosa de todos, em que a alguns ele revela sua misericórdia e aos demais a sua justiça. Aqui são usados dois verbos com respeito aos não eleitos para a vida eterna. O primeiro, em forma negativa, “*não contemplar*” ou “preterir”, e o segundo, em forma positiva, “*ordenar*” ou “destinar”. O primeiro refere-se àquilo que é chamado pelo sistema infralapsariano de “*preterição*” ou “*não escolha*” e o segundo é sinônimo de “destinar” e, dentro do contexto da afirmação anterior, “preordenar para a morte eterna”. Ela diz:

Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido *não contemplar* e *ordená-los* para a desonra e ira *por causa dos seus pecados*.⁸

⁵ *A Confissão de Fé*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991, III.1,3. Destaques meus.

⁶ *Ibid.* III, 4. Destaques meus.

⁷ *Ibid.* III.6. Destaque meu.

⁸ *A Confissão de Fé*, III.6. Destaques meus.

É como a Confissão de Fé de Westminster vê e trata o assunto. Igualmente clara fica essa diferenciação de termos na resposta que o Catecismo Maior dos Símbolos de Fé de Westminster dá à pergunta 13, quando diz que Deus

... em Cristo, *escolheu alguns homens para a vida eterna...* e também, segundo o seu soberano poder e o conselho inescrutável da sua própria vontade (pela qual ele concede, ou não, os seus favores conforme lhe apraz) *deixou e preordenou os mais à desonra e à ira, que lhe serão infligidas por causa dos seus pecados, para a exaltação da glória da justiça divina.*⁹

Os Cânones de Dort são mais explícitos ainda nesta questão de não atribuir a Deus a responsabilidade pela condenação dos ímpios, mesmo conferindo ao seu decreto eterno o conceder a fé a alguns e a outros não. Eles dizem nos seus artigos 4-6 do 1º capítulo da doutrina: A Divina Eleição e Reprovação:

A ira de Deus permanece sobre aqueles que não creem no Evangelho. Mas aqueles que o aceitam e abraçam a Jesus, o Salvador, com uma fé verdadeira e viva, são redimidos por ele da ira de Deus e da perdição, e presenteados com a vida eterna (Jo 3.36; Mc 16.16). Em Deus não está, de forma alguma, a causa ou culpa dessa incredulidade. O homem tem essa culpa, assim como a de todos os demais pecados. Mas a fé em Jesus Cristo e também a salvação por meio dele são dons gratuitos de Deus, como está escrito: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus...* (Ef 2.8). *Semelhantemente, Porque vos foi concedida a graça de ... crer em Cristo* (Fp 1.29).

Deus nesta vida concede a fé a alguns enquanto não concede a outros. Isto procede do eterno decreto de Deus. Porque as Escrituras dizem que ele “faz estas coisas conhecidas desde séculos” e que ele “faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (At 15.18; Ef 1. 11). De acordo com este decreto, ele graciosamente quebranta os corações dos eleitos, por duros que sejam, e os inclina a crer. Pelo mesmo decreto, entretanto, segundo seu justo juízo, ele deixa os não-eleitos em sua própria maldade e dureza de coração. E aqui especialmente nos é manifesta a profunda, misericordiosa e ao mesmo tempo justa distinção entre homens que estão sob a mesma condição de perdição. Este é o decreto da eleição e reprovação revelado na Palavra de Deus. Ainda que os homens perversos, impuros e instáveis o deturpem, para sua própria perdição, ele dá um inexprimível conforto para as pessoas santas e tementes a Deus.¹⁰

E continuam a dizer no artigo 15 desse mesmo capítulo:

⁹ *O Catecismo Maior*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991, pergunta 13, p. 173. Destaques meus.

¹⁰ *Os Canones de Dort*. Org. Cláudio Antônio Batista Marra. São Paulo: Editora Cultura Cristã, sem data, p. 18-19. Itálicos no original.

A Escritura Sagrada mostra e recomenda a nós esta graça eterna e imerecida sobre nossa eleição, especialmente quando, além disso, testifica que nem todos os homens são eleitos; alguns, pois, são preteridos na eleição eterna de Deus. De acordo com seu soberano, justo, irrepreensível e imutável bom propósito, Deus decidiu deixá-los na miséria comum em que se lançaram por sua própria culpa, não lhes concedendo a fê salvadora e a graça da conversão. Para mostrar sua justiça, decidiu deixá-los em seus próprios caminhos e debaixo do seu justo julgamento e, finalmente, condená-los e puni-los eternamente, não apenas por causa de sua incredulidade, mas também por todos os seus pecados, para mostrar sua justiça. Este é o decreto da reprovção, o qual não torna Deus o autor do pecado (tal pensamento é blasfêmia!), mas o declara o temível, irrepreensível e justo Juiz e Vingador do pecado.¹¹

Citamos apenas três desses documentos, mas é sabido que a maioria dos demais segue a mesma linha de pensamento, qual seja, a de usar uma linguagem que, ao mesmo tempo em que contempla o beneplácito da vontade de Deus como a causa última de todas as coisas, não atribui a ele a origem ou a agência do mal.

4. COMO CALVINO PODE SER LIDO À LUZ DESSA DISCUSSÃO: PODERIA ELE SER ROTULADO COMO DEFENSOR DE QUALQUER DESSAS CORRENTES, CASO ESSE ASSUNTO ESTIVESSE EM DISCUSSÃO NO SEU TEMPO E CONTEXTO?

Antes de qualquer outra consideração, é preciso salientar que Calvino não estava comprometido com qualquer outra fonte de conhecimento de Deus a não ser aquele revelado nas Escrituras Sagradas, ainda que essa revelação pudesse contrariar o raciocínio lógico do homem. Seu compromisso era com a Bíblia e não com a lógica humana. Sobre isso lemos afirmações suas como:

... para que tenhamos aqui bom equilíbrio, devemos examinar a Palavra de Deus, na qual temos excelente regra para o entendimento firme e correto. Porquanto, a Escritura é a escola do Espírito Santo, na qual, assim como nada que seja útil e salutar conhecer é omitido, assim também não há nada que nela seja ensinado que não seja válido e proveitoso saber.¹²

A mente piedosa [...] contempla somente o Deus único e verdadeiro, nem lhe atribui o que quer que à imaginação haja acudido, mas se contenta com tê-Lo tal qual Ele próprio Se manifesta...”. Deus, acomoda-se ao nosso modo ordinário de falar por causa de nossa ignorância, às vezes também, se me é permitida a expressão, gagueja.¹³

¹¹ Ibid., p. 22.

¹² CALVINO, João. *As Institutas*. Edição especial. Trad. Odayr Olivetti. Vol. 3, Cap. 7. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, p. 42.

¹³ CALVIN, John. *Commentary on the Gospel According to John* (Calvin's Commentaries, vol. XVIII), p. 229. Calvino, *As Institutas*, I.2.2.

A Palavra de Deus é uma espécie de sabedoria oculta, a cuja profundidade a frágil mente humana não pode alcançar. Assim, a luz brilha nas trevas, até que o Espírito abra os olhos ao cego.¹⁴

Quando trata da doutrina da Predestinação, de modo particular, ele adverte àqueles que querem enveredar-se nos segredos de Deus que estão acima do entendimento humano, dizendo:

Portanto, primeiro que se lembrem de que, enquanto investigam a predestinação, tentam penetrar nos íntimos recessos da divina sabedoria, na qual, se alguém segura e confiantemente irrompe, tampouco conseguirá saciar-se com sua curiosidade, e estará a adentrar um labirinto do qual não achará nenhuma saída. Pois não é justo que impunemente procure o homem devassar as coisas que o Senhor quis que fossem escondidas em si próprio e esquadrinhe desde a própria eternidade a sublimidade da sabedoria que ele quis que seja adorada e não que seja apreendida, para que também por meio dela ele viesse a ser admirado. Os *desígnios* secretos de sua vontade que determinou devessem ser-nos desvendados, esses no-los revelou em sua Palavra.¹⁵

E continua pouco depois:

Se reina em nós o pensamento de que a Palavra do Senhor é o único caminho que nos conduz a investigar tudo quanto é justo dele sustentar-se, é a única luz que à frente nos resplandece para bem perceber tudo quanto a respeito dele convém considerar-se, de toda temeridade facilmente nos conterà e coibirá. Porque sabemos que no momento em que transusermos os limites assinalados pela Escritura, seremos perdidos fora do caminho e entre trevas espessas, no qual teremos necessariamente que vagar, muitas vezes, sem rumo, resvalar e a tropeçar. Portanto, que antes de tudo isto esteja diante dos olhos: que procurar outro conhecimento da predestinação além daquele que se expõe na Palavra de Deus, é como se um homem quisesse andar fora do caminho por rochas e penhascos, ou quisesse ver em densa escuridão. Aliás, tampouco nos cause vergonha ignorar algo nessa matéria na qual há certa douda ignorância. Antes, de bom grado nos abstenhamos da perquirição desse conhecimento cuja afetação é tão estulta quão perigosa, e até mesmo fatal. Porque, se a intemperança da mente nos acossa, é oportuno que sempre se lhe oponha este *provérbio* com que seja repelida: “Comer mel demais não é bom; assim, a busca da própria glória não é glória” [Pv 25.27]. Ora, há *razão* para recuarmos atemorizados dessa ousadia, a qual nos pode precipitar à ruína.¹⁶

E sobre os que negam a necessidade de se investigar e expor esse assunto, dada a sua complexidade, ele responde:

¹⁴ João Calvino, *Exposição de 1 Coríntios*, p. 89.

¹⁵ *Institutas* III.21.1.

¹⁶ *Ibid.* III.21.2.

Portanto, para que também neste aspecto mantenhamos o legítimo limite, é preciso retornar à Palavra do Senhor, na qual temos segura regra à compreensão. Pois a Escritura é a escola do Espírito Santo, na qual não se deixa de pôr coisa alguma necessária e útil de se conhecer, nem tampouco se ensina nada mais além do que se precisa saber... Portanto, tudo quanto na Escritura se dá a conhecer acerca da predestinação, é preciso cuidar para que disso não privemos os fiéis, a fim de que não pareçamos ou maldosamente defraudá-los da benevolência de seu Deus, ou acusar e escarnecer o Espírito por haver divulgado essas *coisas* que seria proveitoso fossem suprimidas e mantidas em segredo. Insisto que devemos permitir ao homem cristão abrir a mente e os ouvidos a todas as palavras de Deus que lhe são dirigidas, desde que se faça com esta moderação: que assim que o Senhor haja fechado sua santa boca, também fecha ele atrás de si o caminho à especulação. Aqui está o melhor limite da sobriedade: que ao aprendermos sigamos a Deus, deixando que ele fale primeiro; e se o Senhor deixa de falar, tampouco nós queiramos saber mais, nem avançar mais um passo.¹⁷

Com esta visão em mente, Calvino não se atrevia a dar explicações sobre os fatos decretados por Deus e revelados nas Escrituras que estivessem acima de sua capacidade de compreensão e nem se envergonhava de reconhecer que não tinha essas explicações. Sua abordagem foi sempre a de expor o ensino das Escrituras em seus diferentes aspectos e em toda a sua extensão, ainda que parecessem contraditórios à nossa razão. É como ele trata a questão da soberania de Deus e da responsabilidade humana relacionadas com a sua providência.

Falando sobre o modo como Deus decreta e dirige todas as coisas, não titubeia e nem usa meias palavras para atribuir a Deus, no seu trato com o homem, ações que, ao nosso raciocínio parecem ser contrárias ao conceito da livre agência humana, mas que são ensinadas nas Escrituras. Ele diz:

No que tange a *estas* injunções secretas, o que Salomão declara do coração do rei [Pv 21.1], de inclinar-se para cá ou para lá conforme apraz a Deus, na verdade deve estender-se a todo o gênero humano e equivale a tanto como se dissesse que tudo quanto concebemos na mente é dirigido para seu fim pela inspiração secreta de Deus... Nada, porém, mais claro se pode desejar que isto: tantas vezes declara que ele cega o entendimento dos homens e *os* fere de vertigem [Dt 28.21], embriaga-*os* de um espírito de torpor, *lhes* infunde loucura [Rm 1.28], endurece o coração [Ex 14.17, *passim*]. Muitos, porém, lançam estes *atos* à *conta da* permissão, como se, ao rejeitar aos réprobos, *Deus os* deixasse entregues a Satanás para que os cegasse. Todavia, uma vez que o Espírito Santo declara expressamente que cegueira e insânia são infligidas pelo justo juízo de Deus [Rm 1.20-24], essa solução se torna muitíssimo frívola.¹⁸

¹⁷ Ibid. III.21.3.

¹⁸ Ibid. I.18.2.

Calvino usa o caso de Faraó para mostrar como ambos os aspectos, tanto o da soberania de Deus como o da responsabilidade do homem, estão presentes na sua obra da Providência, usando os seguintes argumentos:

Está escrito que *ele* endureceu o coração de Faraó [Ex 9.12]; de igual modo, que *o* fez pesado [Ex 10.1] e *o* enrijeceu [Ex 10.20, 27; 11.10; 14.8]. Alguns contornam essas formas de expressão através de sutileza insípida, porquanto *nessas referências* a vontade de Deus é posta *como* a causa do endurecimento, enquanto em outro lugar [Ex 8.15, 32; 9.34] se diz que o próprio Faraó havia endurecido o coração. Como se, na verdade, se bem que de modos diversos, não se harmonizem perfeitamente bem entre si estes dois *atos*: que o homem, quando é acionado por Deus, contudo ele, ao mesmo tempo, está *também* agindo. Eu, porém, lanço contra eles *o* que objetam, porque, se *endurecer* denota permissão absoluta, o próprio impulso da contumácia não estará propriamente em Faraó. Com efeito, quão diluído e insípido seria interpretar assim, como se Faraó apenas se deixasse endurecer! Acresce que de antemão a Escritura corta a asa a tais subterfúgios: “Mas eu”, diz Deus, “lhe endurecerei o coração” [Ex 4.21].¹⁹

Mesmo quando ações são atribuídas a Satanás, Calvino não foge às Escrituras para mostrar que também tais ações são o modo de Deus cumprir os seus decretos e de administrar aquilo que está de acordo com o seu desígnio. É como diz:

Sem dúvida, confesso que frequentemente Deus age nos réprobos pela interposição da ação de Satanás, contudo de modo que, por seu impulso, o próprio Satanás execute seu papel e avance até onde *lhe* foi concedido. Um espírito maligno atormenta a Saul; diz-se, porém, que é da parte de Deus [1Sm 16.14], para que saibamos que a insânia de Saul procedia da justa vingança de Deus. Diz-se ainda que o mesmo Satanás ‘cega o entendimento dos incrédulos’ [2Co 4.4]; mas donde vem isso senão que do próprio Deus promana a operação do erro, para que creiam em mentiras *os* que se recusam a obedecer à verdade? [2Ts 2.11]. Conforme a primeira noção, *assim* se diz: “Se qualquer profeta houver falado enganosamente, eu, Deus, o enganei” [Ez 14.9]; conforme a segunda, porém, diz-se que *ele* próprio entrega os homens a uma disposição réproba e os lança a vis apetites [Rm 1.28], porquanto de sua justa vingança *ele* é o principal autor; Satanás, na verdade, é apenas seu ministro... Seja esta a síntese: uma vez se diz que a vontade de Deus é a causa de todas as coisas, a providência é estatuída como moderatriz em todos os planos e ações dos homens, de sorte que não apenas comprove sua eficiência nos eleitos, que são regidos pelo Espírito Santo, mas ainda obrigue os réprobos à obediência.²⁰

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid.

Também ao comentar o ensino de Paulo em Romanos 9, mesmo aquelas passagens que parecem favorecer a ordem infralapsariana dos decretos, como as que falam em “vasos de ira e de misericórdia” e que pressupõem, numa ordem histórica e até lógica, a presença do pecado, como já vimos acima, Calvino as liga ao decreto único do beneplácito de Deus no exercício da sua soberania, sem distinção de categorias. Sem dúvida, para ele essa é a base para justificar as ações divinas no cumprimento do seu beneplácito.

No seu comentário de Romanos 9.17-23, ele enfatiza o aspecto da soberania de Deus mais do que qualquer outro e chega a colocar tanto a manifestação da ira quanto a da misericórdia de Deus como o propósito divino naquilo que alguns supralapsarianos chamam de dupla predestinação. No comentário do v. 17 ele diz:

Paulo, então, chega à segunda parte, ou seja: a rejeição do ímpio. Visto haver aqui, aparentemente, certo fator menos racional, ele se empenha muito mais para esclarecer como Deus, ao rejeitar a quem ele quer, não só permanece irreprensível, mas também permanece excelsamente maravilhoso em sua sabedoria e retidão. O apóstolo, pois, extrai seu texto-prova de Êxodo 9.16, onde o Senhor declara que foi ele mesmo quem levantou Faraó precisamente para aquela finalidade, com o propósito de provar por meio de sua imperfeição e subjugação, ao empenhar-se obstinadamente por destruir o poder divino, quão invencível é o braço de Deus. Nenhuma força humana é capaz de detê-lo, muito menos quebrá-lo. Note-se o exemplo que o Senhor quis oferecer no caso de Faraó. Portanto, consideremos dois pontos aqui: *primeiro, a predestinação de Faraó para a destruição, a qual se relaciona com o justo e secreto conselho de Deus; segundo, o propósito desta predestinação, que era o de proclamar o nome de Deus.* É sobre este que Paulo particularmente insiste. Se o endurecimento do coração de Faraó foi de tal vulto que trouxe notoriedade para o nome de Deus, então é blasfemo acusá-lo de injustiça.²¹

Infelizmente, Calvino não comenta nesta passagem de Romanos 9. 22-23 o uso que Paulo faz de diferentes verbos em diferentes vozes, a que nos referimos em tópico anterior deste trabalho, e que pode mostrar uma ênfase diferente ao propósito de Paulo neste texto.²²

Mas, ao mesmo tempo em que ressalta o propósito de Deus de “predestinar Faraó para a destruição”, qual seja, o de proclamar o nome de Deus, também coloca a rejeição do pacto por parte de Ismael e Esaú como a razão ou causa

²¹ CALVINO, João. *Comentário à Sagrada Escritura, Exposição de Romanos*. Trad. Valter Graciano Martins. São Paulo: Editora Paracletos, 1997, p. 335-336. Destaques meus.

²² Nem todos concordam que esta seja a ênfase principal de Paulo nesta passagem, por razões que não cabe discutir aqui, algumas das quais estão apresentadas em nota de rodapé pelo editor e tradutor do seu comentário para o inglês, John Owen. Ver: *Commentary on The Epistle of Paul the Apostle to the Romans by John Calvin*, traduzido e editado por John Owen. Grand Rapids: Baker Book House, 1981 (volume XIX da série Calvin's Commentary – Acts 14-28 – Romans 1-16), p. 360-361).

do exercício do justo juízo divino. Comentando o fato de Deus repudiar alguns do mesmo tronco de Abraão, como Ismael e Esaú e, depois, quase todo o Israel, ele diz:

A história sacra repete isso algumas vezes, para que o admirável segredo da graça de Deus se patenteie melhor nesta mudança. *Reconheço que Ismael, Esaú e outros foram alijados da adoção por sua própria falha e culpa, porquanto se opuseram à condição de que cumprissem fielmente o pacto de Deus, o qual violaram perfidamente.* No entanto, este foi um benefício singular de Deus, ou, seja, que se dignara preferi-los aos demais povos, como se diz no Salmo: “Ele não agiu assim com nenhuma outra nação, nem lhes manifestou seus juízos” [Sl 147.20].²³

Mesmo usando estes e outros textos bíblicos, Calvino não se vê obrigado a supor que Deus tenha dupla vontade, pois atribui à incapacidade de nossa mente a falta de compreensão desse seu agir, sem que lhe seja imposta a responsabilidade por atos de suas criaturas. Ele ressalta:

Contudo, nem por isso Deus se põe em conflito consigo mesmo, nem se muda sua vontade, nem *o* que quer finge não querer; todavia, embora nele *sua vontade* seja uma só e indivisa, a nós parece múltipla, já que, em razão da obtusidade de nossa mente, não aprendemos como, de maneira diversa, o mesmo não queira e queira que aconteça. Paulo, onde disse que a vocação dos gentios era “um mistério escondido [Ef 3.9], acrescenta, pouco depois [Ef 3.10], que nela manifestara a polupoi, kilon [*multiforme*] sabedoria de Deus. Porventura porque, em decorrência da lerdeza de nosso entendimento, a sabedoria de Deus se afigura múltipla, ou, como *a* verteu o tradutor antigo, *multiforme*, deveríamos nós, por isso, sonhar no próprio Deus qualquer variação como se mudasse de plano ou divergisse de si mesmo? Antes, quando não apreendemos como Deus queira que se faça *o* que proíbe fazer, venha-nos à lembrança nossa obtusidade, e ao mesmo tempo consideremos que a luz em que *ele* habita não em vão se chama inacessível [1Tm 6.16], já que de trevas é rodeada.²⁴

Ainda considerando esse assunto, Calvino vê nessa aparente dupla vontade de Deus a resposta para outra objeção, a saber:

... Se Deus não só se serve da operação dos ímpios, mas inclusive *lhes* governa os desígnios e intenções, é *ele* o autor de todas as impiedades e, conseqüentemente, os homens são imerecidamente condenados, se estão a executar *o* que Deus decretou, uma vez que estão a obedecer-lhe à vontade?²⁵

²³ *Institutas* III.21.6. Destaques meus.

²⁴ *Ibid.* I.18.3.

²⁵ *Ibid.* I.18.4.

E nesse ponto ele faz uma diferenciação entre vontade e preceito, quando diz:

Ora, erroneamente, eles confundem sua vontade com seu preceito, a qual de inúmeros exemplos transparece diferir dele desmedidamente. Pois, visto que, enquanto Absalão violou as concubinas do pai [2Sm 16.22], Deus quis com esse ato infamante punir o adultério de Davi, entretanto nem por isso preceituou ao filho celerado cometer o incesto, senão *que o preceituou* talvez com respeito a Davi, como *este mesmo* fala acerca das insultuosas acusações de Simei. Pois, enquanto confessa [2Sm 16.10] que aquele amaldiçoava por injunção de Deus, de modo algum *lhe* recomenda a obediência, como se aquele cão insolente estivesse obedecendo ao imperativo de Deus, mas, reconhecendo que a língua era o azorrague de Deus, se deixa pacientemente castigar. Isto nos cabe realmente sustentar: *enquanto por instrumentalidade dos ímpios Deus leva a bom termo o que decretou em seu juízo secreto, não são eles escusáveis, como se estivessem obedecendo a seu preceito, o qual deliberadamente violam em sua desregrada cupidez.*²⁶

E mais adiante conclui: “A não ser que esteja enganado, já antes expliquei claramente como, em um mesmo ato, tanto se manifesta o delito do homem, quanto refulge a justiça de Deus”²⁷

5. COMO OS DOIS PONTOS DE VISTA PODEM SER VISTOS EM CALVINO

Fiel ao seu método de interpretar e expor as Escrituras, é possível fazer uma leitura de seus escritos tanto sob o ponto de vista supralapsariano quanto sob o infralapsariano, embora não com a mesma ênfase e intensidade. Conforme vimos acima, Calvino não faz uma dicotomia entre esses dois sistemas que, depois dos seus dias, tornou-se foco de debates e até de divisão de denominações, entre grupos calvinistas.

Sua ênfase maior é sobre a eleição ou predestinação para a vida, assunto que ele trata não no capítulo sobre a doutrina de Deus, mas no da doutrina da salvação e depois que os pontos principais dessa já tinham sido tratados, e o faz em resposta a uma pergunta que poderia surgir do fato de o evangelho (que ele chama de pacto de vida) não ser pregado igualmente entre todos os homens e de não ter igual aceitação mesmo entre aqueles a quem ele é pregado. Ele diz:

Mas, já que o pacto de vida não é pregado entre todos os homens igualmente, e entre aqueles a quem é pregado não acha a mesma receptividade, quer qualitativa, quer continuamente, nessa diversidade se manifesta a admirável profundidade do juízo divino. Pois não há dúvida de que esta variedade serve também ao arbítrio da eterna eleição de Deus. Porque, se é notório que pelo

²⁶ Ibid. Destaques meus.

²⁷ Ibid.

arbítrio de Deus suceder [*sic*] que a salvação é oferecida gratuitamente a uns, enquanto que outros são impedidos de seu acesso, aqui prontamente emergem grandes e árduas questões, as quais não podem ser explicadas de outra forma, se as mentes pias têm *por* definido o que se impõe manter a respeito de eleição e predestinação. Questão assaz intrincada, como parece a muitos, porquanto pensam não ser de modo algum coerente que *da multidão comum dos homens uns sejam predestinados à salvação, outros à perdição*. Claramente se verá, pela argumentação que empregaremos nesta matéria, que são eles que, por falta de discernimento, se enredam. Acresce ainda que na própria escuridão que aterra se põe à mostra não só o *lado* útil desta doutrina, como também *seu* fruto dulcíssimo. Jamais haveremos de ser claramente persuadidos, como convém, de que nossa salvação flui da fonte da graciosa misericórdia de Deus, até que sua eterna eleição se nos faça conhecida, a qual, mercê deste contraste, ilumina a graça de Deus, *a saber, que ele não adota à esperança da salvação a todos indiscriminadamente; ao contrário, ele dá a uns o que nega a outros*.²⁸

Ao discorrer sobre a predestinação e a presciência como elementos correlatos, sem que esta seja a causa daquela, ele diz:

Ninguém que queira ser tido por homem de bem e temente a Deus se atreverá a negar simplesmente a predestinação, pela qual *Deus adota a uns para a esperança da vida, a outros destina à morte eterna*, porém, a envolvem em muitas cavilações, sobretudo os que fazem da presciência sua causa. E nós, com efeito, admitimos que ambas estão em Deus, porém o que agora afirmamos é que é totalmente infundado fazer uma depender da outra. Quando atribuímos presciência a Deus, queremos dizer que ele tem sempre e perpetuamente permanente sob as vistas, de sorte que, ao seu conhecimento, nada é futuro ou pretérito; ao contrário, todas *as coisas* estão presentes, e de fato tão presentes que não as imagina como meras ideias – da maneira como imaginamos aquelas *coisas* das quais nossa mente retém a lembrança –, mas as visualiza e discerne como se estivessem verdadeiramente diante dele. E esta presciência se estende a todo o âmbito do mundo e a todas as criaturas”.²⁹

E depois de fazer essa correlação, ele define a predestinação como faz hoje qualquer supralapsariano:

Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis que acontecesse. *Pois ele não quis criar a todos em igual condição; ao contrário, preordenou a uns a vida eterna; a outros, a condenação eterna. Portanto, como cada um foi criado para um ou outro desses dois destinos, assim dizemos que um foi predestinado ou para a vida, ou para a morte*.³⁰

²⁸ *Institutas* III.21.1. Destaques meus.

²⁹ *Ibid.* III.21.5. Destaques meus.

³⁰ *Ibid.* Destaques meus.

Ao afirmar que a causa da eleição e da reprovação têm a mesma fonte, o beneplácito divino, ele não deixa de reconhecer que esta não é uma doutrina acessível ao entendimento humano, quando continua a dizer:

Tampouco se pode tolerar a obstinação dos que não permitem que se lhes ponha um freio com a Palavra de Deus, tratando-se de um juízo incompreensível dele, o qual até mesmo os próprios anjos adoram. Com efeito, já ouvimos que o endurecimento está não menos na mão e no arbítrio de Deus quanto depende de sua misericórdia. Aliás, como o exemplo a que me referi previamente, tampouco Paulo se esforça ansiosamente por isentar a Deus de falsidade e mentira; apenas adverte que não é lícito à coisa modelada contender com seu modelador [Rm 9.20]. Ora, *aqueles* que não admitem que alguém seja reprovado por Deus, como se desvencilharão dessa sentença de Cristo: “Toda árvore que meu Pai não plantou será arrancada?” [Mt 15.13]. Ouvem expressamente que *aqueles que* o Pai celestial não teve por bem plantar em seu campo, como árvores sacrossantas, estão evidentemente destinados à perdição. Se negam ser este um sinal de reprovação, não há nada tão claro que lhes possa ser provado.³¹

Mas embora Calvino atribua ao beneplácito da vontade de Deus a escolha em criar e predestinar a uns para a vida e outros para a morte, como lemos acima, ele de igual modo atribui a rejeição de Ismael e Esaú, como a de todos os outros não eleitos para a vida, aos seus próprios pecados. São estas suas palavras:

A história sacra repete isso algumas vezes, para que o admirável segredo da graça de Deus se patenteie melhor nesta mudança. *Reconheço que Ismael, Esaú e outros foram alijados da adoção por sua própria falha e culpa, porquanto se opuseram à condição de que cumprissem fielmente o pacto de Deus, o qual violaram perfidamente.*³²

Certamente Calvino pode ser chamado de contraditório, se ele for julgado à luz de nossa lógica de raciocínio. E quando ele sumaria o seu ensino sobre a doutrina da predestinação, é ainda mais claro sobre como ele vê ambos os aspectos, tanto o da soberania de Deus em exercer sua livre graça e misericórdia a quem quer, como o da responsabilidade humana, por considerar a condenação dos não eleitos como o exercício da justiça de Deus como retribuição pelos seus pecados. São essas suas palavras comentando a passagem de Romanos 9. 19-23.

Portanto, estamos afirmando o que a Escritura mostra claramente: que designou de uma vez para sempre, em seu eterno e imutável desígnio, àqueles que ele quer

³¹ Ibid. III.23.1.

³² Ibid. III.21.6. Destaques meus.

que se salvem, e também àqueles que quer que se percam. Este desígnio, no que respeita aos eleitos, afirmamos haver-se fundado em sua graciosa misericórdia, sem qualquer consideração da dignidade humana; aqueles, porém, aos quais destina à condenação, a estes de fato por seu justo e irrepreensível juízo, ainda que incompreensível, lhes embarga o acesso à vida. Da mesma forma ensinamos que a vocação dos eleitos é um testemunho de sua eleição; em seguida, a justificação é outro sinal de seu modo de manifestar-se, até que se chega à glória, na qual está posta sua consumação. Mas, da mesma forma que pela vocação e pela justificação o Senhor assinala seus eleitos, assim também ao excluir os réprobos, seja do conhecimento de seu nome, seja da santificação de seu Espírito, mostra com esses sinais qual será seu fim e que juízo lhes está preparado.³³

Uma importante evidência de que Calvino jamais atribui a Deus a origem do mal está na sua exposição do texto de Isaías 45.7, que tem sido usado por muitos como se estivesse afirmando tal impropriedade. O texto diz: “Eu formo a luz e crio as trevas; faço a paz e crio o mal; eu, o SENHOR, faço todas estas coisas”. Comentando essa passagem, ele diz:

Os fanáticos torcem esta palavra “mal” como se Deus fosse o autor do mal, isto é, do pecado; mas é bem óbvio quão ridiculamente eles abusam dessa passagem do profeta. Isto é suficientemente explicado pelo contraste, cujas partes devem concordar entre si; pois ele contrasta a “paz” com o “mal”, ou seja, com aflições, guerras e outras ocorrências adversas. Se ele comparasse a “justiça” com o “mal”, haveria alguma plausibilidade em seus raciocínios, mas este é um claro contraste de coisas opostas entre si. Por conseguinte, não devemos rejeitar a distinção natural de que Deus é o autor do “mal” da punição, mas não do “mal” da culpa.³⁴

Para Calvino, tanto a reprovação quanto a eleição são atos da vontade de Deus, pois ela é a causa de tudo e, para ele, é grande improbidade meramente indagar as causas da vontade divina (*Institutas* III.23.1-3). Ele diz:

A vontade de Deus é a tal ponto a suprema regra de justiça, que tudo quanto queira, uma vez que o queira, tem de ser justo. Quando, pois, se pergunta por que o Senhor agiu assim, há de responder-se: Porque o quis. Porque, se prossigas além, indagando por que ele o quis, buscas algo maior e mais elevado que a vontade de Deus, o que não se pode achar. Portanto, contenha-se a temeridade humana e não busque o que não existe, para que não *venha*, quem sabe, *a acontecer que aquilo que existe não ache*. Afirmo que, com este freio, bem se conterà quem quer que queira com reverência filosofar acerca dos mistérios de seu Deus.³⁵

³³ Ibid. III.21.7. Destaques meus.

³⁴ *Commentary on the Prophet Isaiah*. Vol. III, p. 403 (Calvin's Commentaries, vol. VIII). Grand Rapids: Baker, 1981.

³⁵ *Institutas* III.23.1.

Mas ao mesmo tempo ele usa a natureza pecaminosa do homem como resposta à pergunta “por que Deus no início predestinou alguns à morte, os quais, como ainda não existissem, não podiam ainda ser merecedores de juízo de morte”. Desta forma, pressupõe a queda como a razão para a predestinação para morte. Ele diz:

... à guisa de resposta lhes indaguemos, por nossa vez, se pensam que Deus deve algo ao homem, caso o queira estimar por sua *própria* natureza? Como estamos todos infeccionados pelo pecado, não podemos deixar de ser odiosos a Deus, e isso não por crueldade tirânica, mas por razão de justiça mui equitativa. Porque, se todos são passíveis de juízo de morte, por condição natural, os que o Senhor predestina à morte, pergunto de que iniquidade sua para consigo, se hajam de queixar-se?³⁶

E continua com o argumento que bem atende à visão infralapsariana sobre a causa da reprovação dos não eleitos, ao dizer:

Venham todos os filhos de Adão; contendam e alterquem com seu Criador por que antes mesmo de serem gerados foram predestinados à perpétua miséria por sua eterna providência. Que poderão vociferar contra esta vindicação quando, em contrário, Deus os haverá de convocar ao exame de si próprios? Se de massa corrupta foram todos tomados, não é de admirar se estão sujeitos à condenação. Logo, não acusem falsamente a Deus de iniquidade, se de seu eterno juízo foram destinados à morte, à qual são por sua própria natureza conduzidos por vontade *própria*, queiram ou não queiram, *eles* mesmos sentem. Do quê (sic) se faz evidente quão perversa é a afetação de vociferar *contra Deus*, porque suprimem, deliberadamente, a causa da condenação que em si são compelidos a reconhecer, para que o pretexto de Deus os livre. Com efeito, ainda que eu confesse cem vezes ser Deus o autor de sua condenação – o que é mui verdadeiro –, entretanto, não se purificarão do pecado que está esculpido em suas consciências, e que a cada passo se apresenta ante seus olhos.³⁷

Reconhecendo essa aparente incoerência, Calvino responde que a justiça de Deus não está sujeita ao nosso questionamento e que a causa dessa condenação está escondida nele mesmo. Ele diz nas *Institutas* III.23.4-7:

Objetam ainda se foram predestinados por disposição de Deus a esta corrupção, que ora afirmamos ser causa de sua condenação. Porque, se é assim, quando perecem em sua corrupção, outra *coisa* não estão pagando senão as penas de sua miséria, na qual, por sua predestinação, Adão caiu e arrastou com ele toda sua progênie. Deus, pois, não será injusto, que tão cruelmente escarnece de suas criaturas? Sem dúvida confesso que foi pela vontade de Deus que todos

³⁶ Ibid. III.23.1.

³⁷ *Institutas* III.23.1, 2 ou 3.

os filhos de Adão nesta miserável condição em que ora se acham enredilhados. E isto é o que *eu* dizia inicialmente: por fim, tem-se sempre de volver ao mero arbítrio da vontade divina, cuja causa está escondida nele mesmo. Mas, não se segue diretamente que Deus esteja sujeito a esta injúria. Pois em Paulo encontramos isto: “Quem és tu, ó homem, que discuta com Deus? Porventura o objeto moldado dirá àquele que o moldou: Por que me moldaste assim? Por acaso não tem o oleiro poder para fazer de uma só massa um vaso para honra, e outro para desonra?” [Rm 9.20, 21].³⁸

Portanto, o Apóstolo não volveu os olhos com evasivas, como se estivesse embaraçado; simplesmente mostrou que a justiça de Deus é demasiado profunda e sublime para poder ser determinada com medidas humanas e ser compreendida por algo tão tacanho como é o entendimento humano. De fato, o Apóstolo confessa que os juízos divinos são tão secretos [Rm 11.33], por cuja *profundeza* seriam tragadas todas as mentes humanas, se aí tentassem penetrar.³⁹

CONCLUSÃO

Calvino pode ser lido e interpretado de diferentes maneiras. Normalmente ele é tido como um supralapsariano quando seus escritos são comparados com as proposições e ênfases que são apresentadas pelos defensores dessa linha de pensamento. Poucos veem traços do infralapsarianismo em suas obras, provavelmente porque, de fato, a ênfase na soberania de Deus e na incapacidade do homem para conhecê-lo através do seu próprio raciocínio lógico é a que se ressalta na sua volumosa obra. Também essa ênfase é a que encontramos na própria Bíblia, pois seu propósito principal é apresentar quem Deus é e revelá-lo através dos seus atributos e obra.

A coerência com essa ênfase é que leva Calvino a afirmar que “a Palavra de Deus é uma espécie de sabedoria oculta, a cuja profundidade a frágil mente humana não pode alcançar. Assim, a luz brilha nas trevas, até que o Espírito abra os olhos ao cego”.⁴⁰

Para que o leitor pudesse ter uma visão mais clara dessa ênfase e da abordagem que Calvino faz sobre temas que hoje são discutidos na questão lapsariana, optamos por fazer citações mais longas do que seria recomendável para um trabalho meramente acadêmico. Assim, o leitor pode ter um quadro maior do contexto em que Calvino faz suas observações e análises das Escrituras, sem ficar dependendo apenas da interpretação do autor desse ensaio.

À luz do que foi visto neste trabalho, não é possível classificar Calvino em qualquer dessas duas linhas de pensamento (infra ou supralapsarianismo), pois ele tanto defende que a causa da reprovação está na secreta vontade de Deus (seu beneplácito) como no pecado do homem. Em razão dessa dupla

³⁸ Ibid. III.23.4.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Exposição de 1 Coríntios, p. 89.

abordagem é que Fred H. Klooster, analisando o seu ensino, conclui que para Calvino Deus é a “causa última que opera soberanamente, segundo seu bom prazer”, e a mancha e a culpa do pecado que residem no homem são a “causa próxima”, “pois o homem peca voluntariamente e é responsável por rejeitar a bondade de Deus”.⁴¹

Como já foi dito anteriormente, no desenvolver dessa discussão, o compromisso de Calvino é com as Escrituras, independentemente de ser tido como contraditório ou não. É a autoridade das Escrituras que tem valor e deve ser aceita, e não a sabedoria humana, conforme deixa bem claro aquele que é conhecido como o “príncipe dos exegetas bíblicos”.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze some of Calvin’s writings on the sovereignty of God and the responsibility of man in light of the present discussion of the order to be given to the decrees of election and reprobation of men in relation to the fall in God’s fulfillment of his purposes. It tries to ascertain whether it is possible to classify the reformer in any of the two main lines of thought, generally known as supralapsarianism and infralapsarianism. The author chooses the negative answer in light of Calvin’s approach to the biblical texts studied and his assumption that is not given to man the ability to understand the divine decrees, and how they are performed by his Creator, through the creature’s finite and limited reasoning.

KEYWORDS

Calvin; Supralapsarianism; Infralapsarianism; Predestination; Reprobation; Fall.

⁴¹ KLOOSTER, Fred H. *A doutrina da predestinação em Calvino*. Trad. Sabatini Lalli. Santa Bárbara D’Oeste, SP: SOCEP, 1992, p. 85.